



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 1/2016

----- Aos oito dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para discussão e aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e três euros e vinte e oito cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e três euros e doze cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- RETORNO DE INFORMAÇÃO PERSONALIZADA DOS MUNICÍPIOS – COMISSÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA -----

----- COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA MINA DO ESPADANAL -----

----- EMBAIXADA DE FRANÇA EM PORTUGAL – AGRADECIMENTO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes desejando votos de um ano cheio de sucessos. -----

----- Acerca dos assuntos para conhecimento registou com agrado mais um caminho no âmbito da acessibilidade à informação com a nova plataforma do INE e acerca da carta da EICEL¹⁹²⁰ onde certamente, por lapso, se esqueceram de dizer que a Câmara Municipal de Rio Maior para além dos honrar com a presença do Vice-Presidente Carlos Frazão e da Vereadora Ana Figueiredo, também o fez com a presença do Vereador Augusto Figueiredo. -----

----- Referiu-se de seguida ao concurso aberto no anterior Governo para o número de horas de médicos que prestavam serviços na Lezíria do Tejo e que foram reduzidos a metade ou a menos de metade, apesar dos esforços da autarquia e apesar do excelente trabalho realizado pelo Dr. Jorge e pela Dr.^a Mercedes. Informou que a empresa que ganhou o número de horas, mesmo sendo menos, ganhou com um preço abaixo daquele que tinha sido o preço que garantiu a fixação dos dois médicos, que já não estão ao serviço porque acabaram o contrato e foram substituídos por um, e afirmou que em 2016, com a alteração da correlação de forças na Assembleia da República, se possa vir a alterar de vez a situação do Serviço Nacional de Saúde e da prestação dos cuidados de saúde no concelho de Rio Maior e no país todo. Realçou que esta não é efetivamente uma competência das câmaras municipais, às quais compete zelar pelo desenvolvimento integral da qualidade de vida das populações, mas que a Câmara de Rio Maior fez o que foi possível para fixar e atrair médicos e recursos de forma a minimizar esta situação. Considera, no entanto, que agora é tempo de passar a outra fase da vida coletiva exigindo que se cumpra a constituição e as promessas dos partidos políticos. Nessa perspectiva, e à semelhança de outras petições feitas e que se encontram já em discussão numa comissão parlamentar, deve ser exigido que os deputados da nação e o Governo cumpram a Constituição e é isso que deve ser feito enquanto cidadãos, enquanto utentes e enquanto riomaiorenses. Apelou à solidariedade do Executivo, no sentido de exigir que se cumpra um direito mínimo e um direito constitucional, que é o direito à saúde, o direito de ser tratado com dignidade, que é aquilo que não acontece para os que precisam de atendimento complementar e não têm médico de família em muitas zonas do país e que mesmo sendo o caso de Rio Maior, ainda existem sete mil e quinhentas pessoas sem médico de família. -----

----- VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES -----

----- Apresentou cumprimentos aos presentes e desejou um feliz e próspero ano de 2016 a todos. -----

----- Iniciou por se referir à plataforma do INE congratulando-se pela existência de mais uma ferramenta de acesso à informação e nessa sequência referiu-se ao ranking do índice de transparência municipal publicado e onde Rio Maior desceu da 75º posição em 2014 para a 128º posição em 2015 de entre os trezentos e oito municípios portugueses. Considerou que isto acaba por ter importância na medida em que a transparência permite conhecer o que de principal se faz na gestão da Câmara Municipal a nível de organização e da estratégia, para além de toda a informação que é tratada e publicitada na página de internet e também a nível da comunicação social. Referiu ainda que importa dar a conhecer o trabalho desenvolvido na medida em que a informação é um direito fundamental de todos assim como saber o que se passa dentro do poder local que nos representa as populações. Apelou a que seja dada mais atenção a este aspecto e à informação disponibilizada. Terminou dizendo que também esta nova plataforma do INE vai permitir uma maior informação e que certamente Rio Maior irá melhorar a posição no ranking de transparência ficando, pelo menos, melhor posicionado no distrito de Santarém onde se encontra em 12ª posição. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Acerca das comemorações do centenário da Mina do Espadanal demonstrou a sua satisfação pelos membros do Executivo terem estado presentes nas mesmas mas o que realmente o deixa agradado é perceber que se abriu uma nova era no relacionamento entre a EICEL¹⁹²⁰ e a Câmara Municipal de Rio Maior porque considera importante deixar os erros do passado para trás e iniciar um caminho de futuro que se percebe nesta aproximação existindo agora possibilidades de um novo tempo. -----

----- Referindo-se ao comunicado aprovado em reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2015 e foi entretanto publicado disse que a comissão política do Partido Socialista respondeu e que naquilo que ao próprio diz respeito disse que haverá uma parte que tratará nos órgãos partidários próprios, mas que irá apenas fazer uma referência ao desafio que tinha sido deixado no comunicado da Câmara que era que fossem provadas as ilegalidades. Disse acreditar que tenha havido um esforço do Partido Socialista no sentido de desmontar esse processo o que, em sua opinião, não foi conseguido e que continua mais convicto do que nunca de que a Câmara cumpriu a legalidade. Ainda no que se refere às águas realçou que votou favoravelmente no pressuposto de que iriam ser feitos investimentos e que o sacrifício que era pedido aos riomaiorenses se traduziria em investimento para tornar o setor sustentável e que se tal não vier a acontecer então será necessário apresentar um pedido de desculpa aos riomaiorenses o que fará. Afirmou que, no entanto, continua a acreditar que o que foi

votado e o investimento serão concretizados, até porque tem acompanhado o esforço do município nesse sentido, dando sequência a esse compromisso. -----

----- Fez ainda questão de se referir ao facto de existirem diferentes formas de entender como se faz oposição e que esta é a sua, com lealdade como disse que o faria quando tomou posse, votando a favor quando considerasse estarem cumpridas as condições de um bom serviço público, votando contra quando não concordasse e fazendo recomendações sempre no sentido de melhorar a prestação do executivo como um todo. Reafirmou que esta é a sua forma de estar nesta posição e que assim continuará, dando sugestões e opinando sempre para melhorar e nunca para fazer oposição pura e dura só porque pior e melhor. Considera que se puder dar um contributo e a maioria aceitar ficará muito satisfeito por ter contribuído para as melhores soluções para o concelho, sempre defendendo os interesses dos riomaiorenses. Disse que a situação relativamente ao setor das águas foi o que aconteceu e espera que efetivamente se consiga fazer investimentos e até mais, acreditando que este é o momento propício já que o Governo deu alguns sinais de retrocesso dos processos de privatização deste setor e de caminhar num outro sentido. Apelou a que a Câmara Municipal saiba aproveitar esse momento de diálogo com o Governo para que os riomaiorenses fiquem beneficiados, não só no setor das águas mas também em outros setores como a saúde. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos aos presentes e desejou a todos um feliz e próspero ano novo. -----

----- Referindo-se à estatística das atividades desenvolvidas pelos serviços da Casa Senhorial realizadas na própria, no Ecomuseu e na Villa Romana, salientou o elevado número de público de fora do concelho que visitou aqueles locais congratulando os trabalhadores que através dos poucos meios que dispõe conseguem, cada vez mais, atrair público de vários pontos do país tornando cada vez mais atractivo o concelho de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos aos presentes e desejou um bom ano de 2016 para todos. -----

----- Referindo-se também às atividades desenvolvidas pelos serviços da Casa Senhorial afirmou que as visitas representam cerca de 22% da população do concelho o que considera verdadeiramente impressionante endereçando os parabéns a todos os que para isso contribuíram. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos aos presentes e desejou um ano de 2016 cheio de esperança para todos. Desejou também a todos os eleitos locais, Presidentes de Junta e membros da Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, votos de bom ano na esperança que o ano de 2016 seja um ano melhor do que foi o de 2015, solicitando que este voto fosse transmitido aos próprios. -----

----- No que se refere à EICEL¹⁹²⁰ disse que as comemorações foram muito dignas e considerou que tudo aquilo que seja em prol do concelho de Rio Maior e faça parte da história do concelho deve ser mantido e divulgado por todos. -----

----- Ainda sobre as atividades da Casa Senhorial e também sobre os Presépios de Sal agradeceu a colaboração de todos os intervenientes, não só pela disponibilidade mas também pela capacidade que têm tido de, quase sem meios, cativar as pessoas e levando-as a voltar para novas visitas e atividades. -----

----- Referiu-se ainda ao comunicado do Partido Socialista dizendo que é normal que cada força política tenha o seu entendimento, mas que, em seu entender, todos, sem exceção, estão nos lugares para cumprir e fazer cumprir a lei, deixando também o voto de agradecimento e confiança aos técnicos do município que, ao longo dos anos, têm emitido as mais diversas informações, pareceres e opiniões sempre tendo como base o legalmente estabelecido. Ainda relativamente ao conteúdo do comunicado, e não entrando nas questões políticas porque essas fazem parte da dinâmica dos partidos, quis deixar presente que existe uma grande confusão entre o que são tarifas/preços e o que são taxas, dizendo que existe uma clara distinção entre esses conceitos e que obviamente a Câmara Municipal, relativamente ao tarifário aprovado, cumpriu com a lei, tal como acontece com a alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais. Para finalizar, referindo-se ao compromisso assumido na realização de investimento no setor das águas disse que o esforço está à vista, que parte do investimento está já a ser feito, e que se irá tentar acelerar o mais possível todo esse processo. Afirmou que os compromissos assumidos devem ser cumpridos e que a perspectiva do executivo é efetivamente fazer todos os investimentos possíveis e os mais prementes, para que as perdas de água sejam cada vez menores. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que o setor das águas representa 20% do orçamento e que, possivelmente, ao longo dos anos nunca foi prioritário trabalhar essa área em todas as suas vertentes, não só na questão da atualização dos tarifários como também naquilo que deveria ter sido o investimento na rede, o seu alargamento e ampliação, assim como na fiscalização e manutenção, para que o mesmo se torne sustentável. Sobre a confusão entre tarifa e taxa disse, para esclarecimento da comunicação social e de todos os munícipes que a câmara está disponível para poder fornecer os pareceres e

toda a documentação que serviu de suporte às decisões tomadas nesta matéria e nesta área, reafirmando a sua confiança na legalidade e bondade das mesmas. Afirmou ainda a sua solidariedade para com os vereadores do Partido Socialista pela relação que tem vindo a ser mantida e pela disponibilidade que ambas as partes têm demonstrado no sentido de se conseguir as melhores soluções no interesse de Rio Maior e das suas populações. -----

----- Acerca do índice de transparência do Município de Rio Maior esclareceu que a descida de posição se deve ao facto de não ter sido tida em consideração informação que está efetivamente disponível no site da autarquia, e outra informação mais detalhada que os serviços já se encontram a acautelar. -----

----- Sobre a situação da saúde e dos médicos disse que em janeiro de 2015 o Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria do Tejo (ACES) teve autorização para poder contratualizar duzentas e quarenta e quatro horas com a empresa prestadora de serviços e que em janeiro de 2016 para contratualizar duzentas e trinta e sete horas. Referiu que já não estão em Rio Maior os dois médicos que estavam, está apenas um médico que vem de outro concelho fazer as quarenta horas e não há ainda o atendimento complementar. Referiu que a situação está a ser tratada pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e estão a ser feitos vários contactos com a Administração Regional de Saúde pelo presidente da CIMLT adiantando que deverá haver novidades em breve. Concordou que a questão da saúde não é uma competência dos municípios, que colocar médicos nos centros de saúde e gerir os médicos não é uma competência das autarquias, mas efetivamente a Câmara Municipal tem desenvolvido esforços e deliberado no sentido de conseguir fixar médicos no concelho, no centro de saúde de Rio Maior, ocupando as vagas permanentemente e não através da empresa prestadora de serviços, permitindo assim o acompanhamento contínuo dos utentes. Informou que neste momento Rio Maior tem 34% de utentes sem médico de família, e que o médico que vem da empresa prestadora de serviços poderá ou não assegurar um ficheiro de utentes ou poderá limitar-se a fazer única e exclusivamente as consultas de recurso para quem não tem médico de família. Continuou dizendo que estão inscritos no centro de saúde vinte e dois mil e oitenta e seis utentes, existem duas unidades, uma a funcionar normalmente (Unidade de Saúde Familiar) com o total de sete mil duzentos e dez utentes e quatro médicos, e outra (Unidade de Cuidados de Saúde Primária) que tem catorze mil e novecentos utentes e quatro médicos, o que perfaz um total de sete mil e quinhentos utentes sem médico de família. Deu conhecimento de que lhe foi ainda transmitido, no âmbito da ação da CIMLT, que o concurso foi lançado dentro dos valores legais e que acredita que haverá um aumento do número de horas para o concelho de Rio Maior,

embora o ideal fosse a colocação de três médicos de família deixando a situação normalizada para um centro de saúde com esta dimensão de utentes. Disse ainda que continuará a trabalhar com a tutela e com o Governo e adiantou que todas as áreas que estejam relacionadas com a qualidade de vida e com o bem-estar do concelho e dos cidadãos não existem questões partidárias e que importa é o bem geral. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Pediu a palavra para fazer algumas referências designadamente à passagem de ano em Rio Maior que teve grande adesão, à questão colocada na 1ª página do jornal relativamente à existência de uma ciclovia para Vale de Óbidos, à qual respondeu que foram já candidatas as ciclovias para Vale de Óbidos, Asseiceira e Zona Industrial nos finais de setembro de 2015, aguardando-se o resultado das candidaturas, e também sobre o concerto de ano novo da Filarmónica da Marmeleira referindo a inauguração do novo palco para o qual a Câmara Municipal de Rio Maior contribuiu com grande parte dos materiais, agradecendo ainda à Comissão da Casa do Povo que conseguiu concretizar a obra. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu conhecimento que acabou de ser autorizada a atribuição de mais um médico para Rio Maior, com mais quarenta horas, igualando as horas atribuídas no ano de 2015 e prepara-se a atribuição de mais trinta a quarenta horas para mais um médico para Rio Maior a curto prazo e assim se conseguir resolver também o problema da extensão de saúde de São João da Ribeira. Acrescentou que a empresa prestadora de serviços foi assim contactada para proceder ao recrutamento de mais um médico para Rio Maior. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Pediu a palavra para se referir à questão da transparência apelando para as respostas aos inquéritos que servem de base a estes estudos sejam claras, completas e breves porque a posição em que aparece Rio Maior não corresponde, em sua opinião, à realidade. -----

----- No que se refere à questão da saúde e do Serviço Nacional de Saúde afirmou que se trata de um direito constitucional e que compete a todos lutar para que seja cumprido. Demonstrou a sua satisfação por saber que virá mais um médico para Rio Maior mas que, enquanto vereador, membro da comissão de utentes e cidadão, não pode estar satisfeito porque há oito anos que foi decidido constituir a unidade de saúde familiar do Moinhos e que, até à data, ainda não o foi, e porque não há nenhuma extensão de saúde no concelho de Rio Maior a funcionar em pleno. Reafirmou a sua inteira disponibilidade para lutar por isso, muitas vezes votando em sentido diverso do que é princípio um básico da coligação pelo qual foi eleito mas que

atendendo ao estado vergonhoso em que se encontravam os utentes do concelho teve que votar a favor de incentivos à fixação de médicos por parte da autarquia. Disse que a CDU e o PCP são contra os concursos que apenas servem para dar dinheiro às empresas, defendem uma política de fixação de médicos e carreira dignas, salários nos sítios certos de acordo com os interesses das populações e dos profissionais, e que, perante a realidade existente, é incessantemente insatisfeito e profundamente parnasiano, isto é, busca incessantemente a perfeição. -----

----- Por último, sobre o comunicado do Partido Socialista (PS) disse que lhe parece haver muito pouca falta de honestidade política destes atuais membros e que os técnicos que hoje pertencem ao mapa de pessoal da autarquia, foram recrutados durante os vinte e quatro anos em que o PS esteve no executivo como maioria, acrescentando que não admite que se ponha em dúvida a capacidade técnico-científica desses técnicos. Considerou que quem terá que pedir desculpa aos riomaiorenses é o atual membro da Comissão Política do PS porque nem sequer distingue quem votou contra ou mesmo as declarações dos vereadores eleitos por aquele partido. Reafirmou que isto é o início do princípio da separação das águas para as eleições autárquicas de 2017. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Pediu a palavra para desejar um bom ano a todos e agradeceu a garantia que a Presidente da Câmara lhe deu de que vai haver investimentos no setor da água e que de futuro os munícipes não vai pagar o desperdício e que essa é efetivamente uma prova de solidariedade extremamente importante já que esse é nesse ponto que reside o problema. -----

----- (O Vereador Carlos Fernando Frazão Correia apresentou desculpas e justificou a sua saída da reunião a partir deste momento por motivos profissionais). -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 99/2015, DATADO DE 22 DE DEZEMBRO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES”** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 99/2015 exarado pela Presidente da Câmara no dia 22 de dezembro, através do qual foi decidido aprovar a minuta de contrato a celebrar, relativo à “Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes”. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **DESPACHO Nº 100/2015, DATADO DE 22 DE DEZEMBRO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – “AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 100/2015 exarado pela Presidente da Câmara no dia 22 de dezembro, através do qual foi decidido aprovar a minuta de contrato a celebrar, relativo à “Aquisição de Energia Elétrica para instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal”. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **DESPACHO Nº 102/2015, DATADO DE 28 DE DEZEMBRO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 900.000,00 €**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 102/2015, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 28 de dezembro de 2015, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou proceder à consulta, a pelo menos três instituições de crédito, para a apresentação de propostas destinadas à contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante de novecentos mil euros (€900.000,00), com o fim de ocorrer a dificuldades de tesouraria, com taxa de juro indexada à Euribor a 1, 3, ou 6 meses e prazo até 31 de Dezembro de 2016, cujas propostas deverão ser apresentadas até ao dia 06 de Janeiro de 2016.” -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 2015 – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEIJO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do n.º 2 da cláusula 6.ª do Contrato Interadministrativo referido em assunto, autorizar a proposta

de alteração ao Mapa financeiro aprovado para a execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Rio Maior e a União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, para o ano de 2015, com a seguinte cláusula única: «É transferida a verba de 3.000,00 € (três mil euros), a incluir na rubrica da Requalificação do Meio Rural, provenientes: 500.00 € (quinhentos euros) da rubrica da Conservação e Sinalização Rodoviária, e, 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros) da rubrica da Manutenção e Reparação de Vias Municipais, aprovadas para o ano de 2015, de acordo com o mapa de valores em anexo». -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a constituição de fundo de maneo para 2016, no valor mensal de 500€ (quinhentos euros) cada, na subunidade Financeira e Acção Social, assim como no Gabinete de Apoio da Presidência, sendo seus titulares respectivamente: a Técnica de Informática Maria José Valentim, substituída nas suas faltas e impedimentos pela Técnica Superior Dr.^a Rute Lucas e a Secretária Ana Almeida, que será substituída nas suas faltas e impedimentos pelo Chefe de Gabinete, João Rebocho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO SUL DO CONCELHO (CENTRO ESCOLAR Nº3) – PROCESSO Nº 137/2010/DCC – LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (15%), prestada pela empresa "Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA 24-01-2016 - COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA MEMBROS DAS MESAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência

para as Juntas de Freguesia, no montante total de 7.750,00 € (sete mil, setecentos e cinquenta euros), no âmbito da Eleição do Presidente da República – 24 de janeiro 2016. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI - AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – ANTECIPAÇÃO DE RECEITA** -----

----- A Presidente da Câmara retirou o ponto justificando que não estava devidamente instruído para ser submetido a deliberação.-----

----- **PONTO VII - DONATIVOS EM ESPÉCIE DA EMPRESA LUSICAL AO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar os donativos em espécie da Empresa Lusical – Companhia Lusitana de Cal, S.A.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII - EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – ADJUDICAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é adjudicar o empréstimo de curto prazo até ao montante de 900.000,00€ (novecentos mil euros) destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria, com prazo até 31 de Dezembro de 2016, taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses, acrescido de spread de 0,9%, nos termos da proposta apresentada, à Caixa Geral de Depósitos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente ao empréstimo afirmou que a Coligação Democrática Unitária entende que ele deve ser para responder a necessidades imediatas de tesouraria e que este não conta o endividamento, uma vez que tem que estar pago até 31 de dezembro de 2016, e que se espera que rapidamente possam ser transferidas as verbas para as juntas de freguesia, para o movimento associativo e para os que mais necessitam dessas verbas que transitaram do ano passado. Salientou as condições bastante favoráveis da indexação da euribor a seis meses e congratulou-se pela opção tomada relativamente à Caixa Geral de Depósitos já que se tem assistido, nos

últimos meses e anos, a um profundo temor das instituições e das pessoas relativamente ao sistema bancário português. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável considerando que este é um expediente importante para que a Câmara possa de alguma satisfazer os encargos emergentes que tem a nível de tesouraria, nomeadamente no que às juntas de freguesia diz respeito. Considerou que a atual lei das finanças locais poderia tirar partido deste meio quando efetivamente autarquias em geral estão, dentro do actual enquadramento legal, proibidas de fazer este tipo de gestão de financiamento e que poderia trazer algumas vantagens na gestão da dívida pública e aos custos da dívida. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que o empréstimo se destina efetivamente a fazer pagamentos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX - CERTIFICAR ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO SITO EM FONTE BRANCA – RIBEIRA DE SANTO ANDRÉ, FREGUESIA DE ASSEICEIRA, EM NOME DE HUMBERTO DINIS PEREIRA – PROCESSO Nº 286/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que do prédio urbano, sito em Fonte Branca, Freguesia de Asseiceira e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 73 CR, foi cedido para o domínio público a área de 115.90 m2. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X - CERTIFICAR ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO SITO NA FREGUESIA DE ASSEICEIRA, EM NOME DE AUGUSTO MIGUEL AGREIRO FIGUEIREDO – PROCESSO Nº 287/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que do prédio urbano, sito em Vale, Freguesia de Asseiceira e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 458-P, foi cedido para o domínio público a área de 112,40 m2. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- (O Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo ausentou-se da sala durante a discussão e votação do ponto por impedimento.) -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO XI - REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NO CONSELHO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO DO CONCELHO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é designar como representantes da Câmara Municipal no Conselho Geral de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do concelho a Vereadora, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo; a Chefe de Divisão da Unidade Administrativa, Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano, Maria de Lurdes Martins Violante; e a Técnica Superior da UAECVCH, Sandra Isabel Pereira Serrão.---

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO XII - PROJETO DE REGULAMENTO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL E PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DE COIMAS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter o projeto de regulamento a discussão pública, nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias úteis, e remeter o mesmo para audição da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, durante o prazo de discussão pública. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO XIII - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PUBLICIDADE, OUTRAS UTILIZAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é delegar na Presidente da Câmara Municipal as competências descritas no despacho da Chefe de Divisão de 5 de janeiro de 2016, no âmbito do Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Rio Maior, com possibilidade de subdelegação nos vereadores. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Indicou o sentido de voto contra porque a Coligação Democrática Unitária considera, como princípio básico elementar, que retirar ao exercício do órgão colegial

as decisões lhes oferece muitas dúvidas, acrescentando que, nestas condições, deixa de haver necessidade de um órgão colegial, passando a haver apenas um presidente e vereadores nomeados para responder a questões administrativas. Afirmou que no executivo se tratam questões políticas e não questões administrativas e que foi eleito para ser vereador e não ratificador de despachos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo e uma abstenção da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Ana Carla da Silva Capitão, Técnica Superior, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A TÉCNICA SUPERIOR: _____